



## A propósito da ideologia do género

### Carta Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa

Difunde-se cada vez mais a chamada **ideologia do género** ou **gender**. Porém, nem todas as pessoas disso se apercebem e **muitos desconhecem o seu alcance social e cultural**, que já foi qualificado como verdadeira revolução antropológica. Não se trata apenas de uma simples moda intelectual. **Diz respeito antes a um movimento cultural com reflexos na compreensão da família**, na esfera política e legislativa, no ensino, na comunicação social e na própria linguagem corrente.

Mas **a ideologia do género contrasta** frontalmente com o acervo civilizacional já adquirido. Como tal, opõe-se radicalmente à visão bíblica e cristã da pessoa e da sexualidade humanas. **Com o intuito de esclarecer as diferenças entre estas duas visões surge este documento**. Move-nos o desejo de apresentar a visão mais sólida e mais fundante da pessoa, milenarmente descoberta, valorizada e seguida, e para a qual o humanismo cristão muito contribuiu. **Acreditamos que este mesmo humanismo, atualmente, é chamado a dar contributo válido na redescoberta da profundidade e beleza de uma sexualidade humana corretamente entendida**.

**Trata-se da defesa de um modelo de sexualidade e de família** que a sabedoria e a história, não obstante as mutações culturais, nos diferentes contextos sociais e geográficos, consideram apto para exprimir a natureza humana.

## 1. A pessoa humana, espírito encarnado

Antes de mais, **gostaríamos de deixar bem claro que**, para o humanismo cristão, **não há lugar a dualismos**: o desprezo do corpo em nome do espírito ou vice-versa. O corpo sexuado, como todas as criaturas do nosso Deus, é produto bom de um Deus bom e amoroso. Uma segunda verdade a considerar na visão cristã da sexualidade **é a da pessoa humana como espírito encarnado** e, por isso, sexuado: a diferenciação sexual correspondente ao desígnio divino sobre a criação, em toda a sua beleza e plenitude: «*Ele os criou homem e mulher*» (Gn 1,27); «*Deus, vendo toda sua obra, considerou-a muito boa*» (Gn 1,31).

**A corporalidade é uma dimensão constitutiva da pessoa**, não um seu acessório; a pessoa é um corpo, não *tem* um corpo; a dignidade do corpo humano é corolário da dignidade da pessoa humana; a comunhão dos corpos deve exprimir a comunhão das pessoas.

**Porque a pessoa humana é a totalidade unificada do corpo e da alma, existe necessariamente, como homem ou mulher.** Por conseguinte, a dimensão sexuada, a masculinidade ou feminilidade, é constitutiva da pessoa, é o seu modo de ser, não um simples atributo. É a própria pessoa que se exprime através da sexualidade. **A pessoa é**, assim, **chamada ao amor e à comunhão como homem ou como mulher.** E a diferença sexual tem um significado no plano da criação: exprime uma abertura recíproca à alteridade e à diferença, as quais, na sua complementaridade, se tornam enriquecedoras e fecundas

## 2. Confrontados com uma forte mudança cultural

Reconhecemos, sem dúvida, que, no longo caminho do amadurecimento cultural e civilizacional, nem sempre se atribuiu aos dois âmbitos do humano (*o masculino e o feminino*) o mesmo valor e semelhante protagonismo social. Especialmente a mulher, não raramente, foi vítima de forte sujeição ao homem e sofreu alguma minorização social e cultural. **Graças a Deus, tais situações estão progressivamente a ser ultrapassadas e a condição feminina**, antigamente conotada com a ideia de opressão, hoje está a revelar-se como enorme potencial de humanização e de desenvolvimento harmonioso da sociedade.

No desejo de ultrapassar esta menoridade social da mulher, **alguns procederam** a uma distinção radical entre o sexo biológico e os papéis que a sociedade, tradicionalmente, lhe outorgou. **Afirmam** que o ser masculino ou feminino não passa de uma construção mental, mais ou menos interessada e artificial, que, agora, importaria desconstruir. Por conseguinte, **rejeitam** tudo o que tenha a ver com os dados biológicos para se fixarem na

dimensão cultural, entendida como mentalidade pessoal e social. E, **por associação de ideias**, passou-se a rejeitar a validade de tudo o que tenha a ver com os tradicionais dados normativos da natureza a respeito da sexualidade (*heterossexualidade, união monogâmica, limite ético aos conhecimentos técnicos ligados às fontes da vida, respeito pela vida intra-uterina, pudor ou reserva de intimidade, etc.*). **É todo este âmbito mental que se costuma designar por ideologia do género ou gender.**

**A ideologia do género surge**, assim, **como uma antropologia alternativa**, quer à judaico-cristã, quer à das culturas tradicionais não ocidentais. **Nega** que a diferença sexual inscrita no corpo possa ser identificativa da pessoa; **recusa** a complementaridade natural entre os sexos; dissocia a sexualidade da procriação; **sobrepõe** a filiação intencional à biológica; **pretende** desconstruir a matriz heterossexual da sociedade (a família assente na união entre um homem e uma mulher deixa de ser o modelo de referência e passa a ser um entre vários).

### 3. Os pressupostos da ideologia do género

**Esta teoria parte da distinção entre sexo e género**, forçando a oposição entre *natureza e cultura*. O **sexo** assinala a condição natural e biológica da diferença física entre homem e mulher. O **género** baliza a construção histórico-cultural da identidade masculina e feminina. Mas, partindo da célebre frase de Simone de Beauvoir, «*uma mulher não nasce mulher, torna-se mulher*», a ideologia do género considera que somos homens ou mulheres não na base da dimensão biológica em que nascemos, mas nos tornamos tais de acordo com o processo de socialização (*da interiorização dos comportamentos, funções e papéis que a sociedade e cultura nos distribui*). Papéis que, para estas teorias, são injustos e artificiais. Por conseguinte, o **género** deve sobrepor-se ao **sexo** e a *cultura* deve impor-se à *natureza*.

Como, para esta ideologia, **o género é uma construção social, este pode ser desconstruído e reconstruído**. Se a diferença sexual entre homem e mulher está na base da opressão desta, então qualquer forma de definição de uma especificidade feminina é opressora para a mulher. Por isso, **para os defensores do gender, a maternidade, como especificidade feminina, é sempre uma discriminação injusta**. Para superar essa opressão, recusa-se a diferenciação sexual natural e reconduz-se o **género** à escolha individual. O **género** não tem de corresponder ao **sexo**, mas pertence a uma escolha subjetiva, ditada por instintos, impulsos, preferências e interesses, o que vai para além dos dados naturais e objetivos.

**O gender sustenta a irrelevância da diferença sexual na construção da identidade e**, por consequência, também **a irrelevância dessa diferença nas relações interpessoais, nas**

**uniões conjugais e na constituição da família.** Se é indiferente a escolha do *género* a nível individual, podendo escolher-se ser homem ou mulher independentemente dos dados naturais, também é indiferente a escolha de se ligar a pessoas de outro ou do mesmo sexo. Daqui a equiparação entre uniões heterossexuais e homossexuais. Ao modelo da família heterossexual sucedem-se vários tipos de família, tantos quantas as preferências individuais, para além de qualquer modelo de referência. **Deixa de se falar em *família* e passa a falar-se em *famílias*. Privilegiar a união heterossexual afigura-se-lhe uma forma de discriminação.** Igualmente, **deixa de se falar em *paternidade* e *maternidade* e passa a falar-se,** exclusivamente, **em *parentalidade*,** criando um conceito abstrato, pois desligado da geração biológica.

#### 4. Reflexos da afirmação e difusão da ideologia do género

**A afirmação e difusão da ideologia do género pode notar-se em vários âmbitos.** Um deles é o dos hábitos linguísticos correntes. Vem-se generalizando, a começar por **documentos oficiais e na designação de instituições públicas,** a expressão *género* em substituição de *sexo* (*igualdade de género, em vez de igualdade entre homem e mulher*), tal como a expressão *famílias* em vez de *família*, ou *parentalidade* em vez de *paternidade* e *maternidade*. **Muitas pessoas passam a adotar estas expressões por hábito ou moda, sem se aperceberem da sua conotação ideológica.** Mas a generalização destas expressões está longe de ser inocente e sem consequências. Faz parte de uma estratégia de afirmação ideológica, que **compromete a inteligibilidade básica de uma pessoa,** por vezes, tendo consequências dramáticas: incapacidade de alguém se situar e definir no que tem de mais elementar.

Os **planos político e legislativo** são outro dos âmbitos de penetração da ideologia do género, que atinge os centros de poder nacionais e internacionais. Da agenda fazem parte as leis de redefinição do casamento de modo a nelas incluir uniões entre pessoas do mesmo sexo (*entre nós, a Lei n.º 9/2010, de 31 de maio*), as leis que permitem a adoção por pares do mesmo sexo (*em discussão entre nós, na modalidade de co-adoção*), as leis que permitem a mudança do sexo oficialmente reconhecido, independentemente das características fisiológicas do requerente (*Lei n.º 7/2011, de 15 de março*), e as leis que permitem o recurso de uniões homossexuais e pessoas sós à procriação artificial, incluindo a chamada maternidade de substituição (*a Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, não contempla a possibilidade referida*).

**Outro âmbito de difusão da ideologia do género é o do ensino.** Este é encarado como um meio eficaz de doutrinação e transformação da mentalidade corrente e é nítido o esforço de fazer refletir na orientação dos programas escolares, em particular nos de

educação sexual, as teses dessa ideologia, apresentadas como um dado científico consensual e indiscutível. Esta estratégia tem dado origem, em vários países, a movimentos de protesto por parte dos pais, que rejeitam esta forma de doutrinação ideológica, porque contrária aos princípios nos quais pretendem educar os seus filhos. Entre nós, **a Portaria nº 196-A/2010, de 9 de abril**, que regulamenta a **Lei nº 60/2009, de 6 de agosto**, relativa à educação sexual em meio escolar, inclui, entre os conteúdos a abordar neste âmbito, sexualidade e género.

## 5. O alcance antropológico da ideologia do género

**Importa aprofundar o alcance da ideologia do género**, pois ela representa uma autêntica revolução antropológica. **Reflete** um subjetivismo relativista levado ao extremo, negando o significado da realidade objetiva. **Nega** a verdade como algo que não pode ser construído, mas nos é dado e por nós descoberto e recebido. **Recusa** a moral como uma ordem objetiva de que não podemos dispor. **Rejeita** o significado do corpo: a pessoa não seria uma unidade incindível, espiritual e corpórea, mas um espírito que tem um corpo a ela extrínseco, disponível e manipulável. **Contradiz** a natureza como dado a acolher e respeitar. **Contraria** uma certa forma de ecologia humana, chocante numa época em que tanto se exalta a necessidade de respeito pela harmonia pré-estabelecida subjacente ao equilíbrio ecológico ambiental. **Dissocia** a procriação da união entre um homem e uma mulher e, portanto, da relacionalidade pessoal, em que o filho é acolhido como um *dom*, tornando-a objeto de um direito de afirmação individual: o “direito” à *parentalidade*.

**No plano estritamente científico**, obviamente, é ilusória a pretensão de prescindir dos dados biológicos na identificação das diferenças entre homens e mulheres. Estas diferenças partem da estrutura genética das células do corpo humano, pelo que nem sequer a intervenção cirúrgica nos órgãos sexuais externos permitiria uma verdadeira mudança de sexo.

**É certo que a pessoa humana não é só natureza, mas é também cultura.** E também **é certo que a lei natural não se confunde com a lei biológica.** Mas os dados biológicos objetivos contêm um sentido e apontam para um desígnio da criação que a inteligência pode descobrir como algo que a antecede e se lhe impõe e não como algo que se pode manipular arbitrariamente. **A pessoa humana é um espírito encarnado numa unidade bio-psico-social.** Não é só *corpo*, mas é também *corpo*. **As dimensões corporal e espiritual devem harmonizar-se, sem oposição.** Do mesmo modo, **também as dimensões natural e cultural.** A cultura vai para além da natureza, mas não se lhe deve opor, como se dela tivesse que se libertar.

## 6. Homem e mulher chamados à comunhão

**A diferenciação sexual inscrita no desígnio da criação tem um sentido que a ideologia do género ignora.** Reconhecê-la e valorizá-la é assegurar o limite e a insuficiência de cada um dos sexos, é aceitar que cada um deles não exprime o humano em toda a sua riqueza e plenitude. É admitir a estrutura relacional da pessoa humana e que só na relação e na comunhão (*no ser para o outro*) esta se realiza plenamente.

**Essa comunhão constrói-se a partir da diferença.** A mais básica e fundamental, que é a de sexos, não é um obstáculo à comunhão, não é uma fonte de oposição e conflito, mas uma ocasião de enriquecimento recíproco. **O homem e a mulher são chamados à comunhão** porque só ela os completa e permite a continuação da espécie, através da geração de novas vidas. Faz parte da maravilha do desígnio da criação. Não é, como tal, algo a corrigir ou contrariar.

**A sociedade edifica-se a partir desta colaboração entre as dimensões masculina e feminina.** Em primeiro lugar, **na sua célula básica, a família.** É esta quem garante a **renovação da sociedade através da geração de novas vidas e assegura o equilíbrio harmonioso e complexo da educação das novas gerações.** Por isso, nunca um ou mais pais podem substituir uma mãe, e nunca uma ou mais mães podem substituir um pai.

## 7. Complementaridade do masculino e do feminino

**É um facto** que algumas visões do masculino e feminino têm servido, ao longo da história, para consolidar divisões de tarefas rígidas e estereotipadas que limitaram a realização da mulher, relegada a um papel doméstico e circunscrita na intervenção social, económica, cultural e política. **Mas, na visão bíblica, o domínio do homem sobre a mulher não faz parte do original desígnio divino: é uma consequência do pecado.** Esse domínio indica perturbação e *perda da estabilidade* da igualdade fundamental, entre o homem e a mulher. O que vem em desfavor da mulher, porquanto somente a igualdade, resultante da comum dignidade, pode dar às relações recíprocas o carácter de uma autêntica *communio personarum* (*comunhão de pessoas*).

**A ideologia do género não se limita a denunciar tais injustiças, mas pretende eliminá-las negando a especificidade feminina.** Isso **empobrece a mulher**, que perde a sua identidade, e **enfraquece a sociedade**, privada dum contributo precioso e insubstituível, como é a feminilidade e a maternidade. Aliás, a nossa época reconhece – e bem! – a importância da presença equilibrada de homens e mulheres nos vários âmbitos da vida social, designadamente nos centros de decisão económica e política. Mesmo que essa

presença não tenha de ser rigidamente paritária, a sociedade só tem a ganhar com o contributo complementar das específicas sensibilidades masculina e feminina.

## 8. O "génio feminino"

Nesta perspetiva, há que pôr em relevo aquilo que o Papa João Paulo II denominou **"génio feminino"**. Não se trata de algo que se exprima apenas na relação esponsal ou maternal, específicas do matrimónio, como pretenderia uma certo romantismo. Mas **estende-se ao conjunto das relações interpessoais e refere-se a todas as mulheres, casadas ou solteiras**. Passa pela vocação à maternidade, sem que esta se esgote na biológica. Nesta, entretanto, comprova-se uma especial sensibilidade da mulher à vida, patente no seu desvelo na fase de maior vulnerabilidade e na sua capacidade de atenção e cuidado nas relações interpessoais.

**A maternidade não é um peso de que a mulher necessite de se libertar.** O que se exige é que toda a organização social apoie e não dificulte a concretização dessa vocação, através da qual a mulher encontra a sua plena realização. É de reclamar, em especial, que a inserção da mulher numa organização laboral, concebida em função dos homens, não se faça à custa da concretização dessa vocação, e se adotem todos os ajustamentos necessários.

## 9. O papel insubstituível do pai

**Não pode, de igual modo, ignorar-se que o homem tem um contributo específico e insubstituível a dar à vida familiar e social, cumprindo a sua vocação à paternidade**, que não é só biológica, assumindo a missão que só o pai pode desempenhar cabalmente. **Talvez o âmbito em que mais se nota a ausência desse contributo seja o da educação**, o que já levou a que se fale do pai como o *"grande ausente"*. Isto pode originar sérias consequências, tais como desorientação existencial dos jovens, toxicodependência ou delinquência juvenil. **Se a relação com a mãe é essencial nos primeiros anos de vida, é também essencial a relação com o pai, para que a criança e o jovem se diferenciem da mãe e assim cresçam como pessoas autónomas.** Não bastam os afetos para crescer: são necessárias regras e autoridade, o que é acentuado pelo papel do pai.

Num contexto em que se discute a legalização da adoção por pares do mesmo sexo, **não é supérfluo sublinhar a importância dos papéis da mãe e do pai na educação das crianças e dos jovens: são papéis insubstituíveis e complementares.** Cada uma destas figuras ajuda a criança e o jovem a construir a sua própria identidade masculina ou feminina. Mas também, e porque nem o masculino nem o feminino esgotam toda a riqueza do humano,

a presença dessas duas figuras ajudam-nos a descobrir toda essa riqueza, ultrapassando os limites de cada um dos sexos. **Uma criança desenvolve-se e prospera na interação conjunta da mãe e do pai**, como parece óbvio e estudos científicos comprovam.

## 10. A resposta à afirmação e difusão da ideologia do género

**A ideologia do género não só contrasta com a visão bíblica e cristã, mas também com a verdade da pessoa e da sua vocação. Prejudica a realização pessoal e, a médio prazo, defrauda a sociedade. Não exprime a verdade da pessoa, mas distorce-a ideologicamente.**

**As alterações legislativas** que refletem a mentalidade da ideologia do género - concretamente, a lei que, entre nós, redefiniu o casamento - **não são irreversíveis**. E **os cidadãos e legisladores** que partilhem uma visão mais consentânea com o ser e a dignidade da pessoa e da família **são chamados a fazer o que está ao seu alcance para as revogar**.

**Se viermos a assistir à utilização do sistema de ensino para a afirmação e difusão dessa ideologia, é bom ter presente o primado dos direitos dos pais e mães quanto à orientação da educação dos seus filhos.** O artigo 26º, nº 3, da Declaração Universal dos Direitos Humanos estatui que *«aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação dos seus filhos»*. E o artigo 43º, nº 2, da nossa Constituição estabelece que *«o Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas»*.

De qualquer modo, **a resposta mais eficaz às afirmações e difusão da ideologia do género há de resultar de uma nova evangelização. Trata-se de anunciar o Evangelho como este é: boa nova da vida, do amor humano, do matrimónio e da família, o que corresponde às exigências mais profundas e autênticas de toda a pessoa. A esse anúncio são chamadas, em especial, as famílias cristãs, antes de mais, mediante o seu testemunho de vida.**

*Fátima, 14 de novembro*